



O PROJETO ORVIL E A INTRODUÇÃO DA GUERRA CULTURAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Marcos Vinícius Paludo Festa

Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF)

marcosfesta@live.com

Resumo

Partindo das premissas teóricas de Pierre Bourdieu, o que se pretende alcançar na elaboração do presente artigo é um direcionamento de ordem conceitual para a definição do que considero ser o ponto central para o surgimento de um novo período na cultura política deste país. Para tal, partir-se-á de um esforço de análise acerca do conceito de “Guerra Cultural”, resgatado no início da década de 1990 pelo sociólogo norte americano James Davison Hunter, bem como das especificidades de sua aplicação naquele país. E, após, através do exame da obra historiográfica decorrente do projeto militar “Orvil”, demonstrarei como e sob quais fundamentos o modelo de “Guerra Cultural” americano foi importado para o Brasil; quais as suas especificidades, os discursos decorrentes dele e os elementos de sua lógica interna.

Palavras - Chave: Cultura política. Guerra Cultural. Orvil.

Introdução

“Toda história é uma história contemporânea”, nos diria Benedetto Croce. E a validade dessa afirmação se vê claramente representada no desvelar do processo histórico recente da política brasileira e no que ousou, alicerçado nos estudos recentes do professor João Cezar de Castro Rocha, classificar como um período de transformação profunda da cultura política deste país.

Um dos pilares para se compreender este fenômeno, que teria sido gestado em meados da década de 1980, é o conceito de “Guerra Cultural”, ou, mais propriamente, a acepção norte americana deste, resgatada em 1991 pelo sociólogo James Davison Hunter, e que se popularizou no debate público Estadunidense durante a última década deste milênio. Todavia, por mais que os eventos e a transfiguração político cultural daquele país tenha, indubitavelmente, exercido



uma influência enorme nos novos rumos da política brasileira das décadas subsequentes a 1990, uma transposição mecânica do conceito de “Guerra Cultural” e que não considere alguns elementos específicos do contexto brasileiro, faz-se, além de limitada, também inapropriada.

Esse conceito, em linhas gerais, buscou descrever a crescente radicalização do debate político estadunidense nos primórdios da década de 1980. Temas ligados aos costumes, aos chamados “tabus sociais” e, em suma, à cultura e aos valores hegemônicos daquela sociedade, viriam a tomar uma relevância cada vez maior no âmbito das disputas políticas e eleitorais daquele país. O que se manifestaria a partir de então, seria o antagonismo entre os representantes dos valores tradicionais dos “*Founding Fathers*” e da civilização cristã ocidental (conservativos), em contraste aos setores ditos progressistas, seculares e, portanto, inimigos e subversores de tal sistema de valores (liberais).

Já o Brasil, durante aquele mesmo período, vivia uma situação diametralmente oposta. Eram os usos do aparelho repressivo do Estado que ditavam os rumos das discussões políticas, não os valores e muito menos os costumes individuais. E foi nesse nosso contexto que se desenvolveu, entre 1986 e 1989, através de uma junta militar ultraconservadora liderada pelo então ministro do exército Leônidas Pires Gonçalves, o chamado “Projeto Orvil”. Nele, buscava-se reversionar a narrativa proposta anos antes pelo livro “Brasil nunca mais”, em que se acusava os cruéis crimes cometidos durante o período da ditadura militar brasileira. Todavia, ao encontrar-se pronto, o mesmo foi impedido de ser publicado pelo então presidente José Sarney e algumas das suas cópias passaram a circular precavidamente pelas mãos de militares de alta patente e militantes de extrema direita durante toda a década de 1990.

E essa nova narrativa - a proposta pelo Orvil - é precisamente aquela que, no limiar das disputas simbólicas daquela ocasião, viria a forjar, décadas mais tarde, o novo arquétipo da cultura política brasileira.

A tese é a de que o Orvil teria sido a pedra fundamental deste movimento amplo, o agente especial, Bourdiesianamente falando, responsável pelo fornecimento de discursos políticos voltados a si próprio (necessidades internas do campo político), e também para os diversos outros campos sociais (necessidades externas). O que significa dizer que os discursos políticos são o resultado tanto das condições sociais dos agentes diretamente envolvidos no processo de sua produção, quanto das condições sociais dos agentes externos, que seriam os



seus eventuais consumidores. Nas palavras de Bourdieu, as ideologias, ou seja, os discursos políticos, são duplamente determinados (BOURDIEU, 1989, p. 13):

eles devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classes que elas exprimem (...), mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção.

Da *kulturkampf*, à *culture war*, à guerra cultural: a evolução de um conceito:

Tratar da evolução de um termo, vocábulo ou conceito, nunca é uma tarefa fácil: uma aproximação unidisciplinar, seja ela de ordem linguística, histórica ou sociológica, nunca é suficiente para abarcar a complexidade inerente ao processo de transformação sócio temporal das unidades de significação da linguagem humana. A esses percalços, os "obstáculos epistemológicos" a que se referia Bachelard, cabe uma abordagem metodológica de cunho reducionista; àquele reducionismo de John W.N. Watkins, ao método que vise à essência, à fórmula do "silogismo inverso".

Assim sendo, a conclusão de que se parte é aquela dos desdobramentos sócio históricos decorrentes da política do "*Kulturkampf*", implementada por Otto Von Bismarck, sob o contexto das disputas entre católicos e protestantes ao término da Guerra Franco-Prussiana. Tais desdobramentos, bem como o próprio contexto da época, argumento, foram cruciais, não apenas para fornecer os elementos para a criação do termo "*Kulturkampf*", que posteriormente descambaria etimologicamente seu uso às "*Culture Wars*" contemporâneas, mas também e sobretudo, se definiria enquanto o arquétipo do próprio fenômeno em questão.

Concordando com Michael B.Gross (1997) e James Davison Hunter (1991), percebemos que o núcleo para a compreensão da *Kulturkampf* é, sem dúvida, a noção, por parte de Bismarck, de uma revolução vertical do inconsciente social (FROMM, 1992) com vistas a forjar um sentido de pertencimento à pátria recém unificada. Na psicanálise, o conceito de "inconsciente social", formulado por Erich Fromm, designa não os elementos psico-funcionais de ordem hereditária dos indivíduos em uma dada sociedade, como pensara Jung, nem tampouco os de domínio individual, como acreditara Freud; mas sim a consequência das experiências reprimidas pela sociedade e vivenciadas, de alguma maneira, por seus indivíduos. Um dos traços essenciais para a definição da *Kulturkampf* passa a ser, então, "a conquista simbólico-psicológica da opinião pública" (GROSS, 1997) em vias de um projeto



eminentemente afirmativo. E avançando um pouco mais, pontua-se também o foco Bismarckiano na questão educacional, tida enquanto grande símbolo para a conquista da uma identidade nacional para o emergente Estado alemão.

Esse olhar atento às políticas educacionais era justamente o que possibilitaria a formação das futuras gerações e o seguimento vitorioso do grande império alemão. Um olhar de baixa preferência temporal, portanto. Mas não apenas isso: subentendido no limiar das ações bismarckianas que lograram instituir o protestantismo enquanto religião oficial do império alemão em consonância com o minguamento da esfera de influência do catolicismo, deve-se considerar o âmbito das produções simbólicas e de seus usos enquanto instrumentos de dominação. Bourdieu insistia na existência de um caráter dissimulatório nas imposições legitimadoras das culturas dominantes sobre as dominadas. Dissimula-se (BOURDIEU, 1989):

A função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

Dessa maneira, enxerga-se na *Kulturkampf* o artifício de auto afirmação de uma cultura perante a outra por conta de uma ameaça geopoliticamente imposta. A Prússia protestante, a Alsácia-Lorena e a Alemanha do Sul católicas, enquanto politicamente independentes entre si, não representavam ameaça nenhuma no que concerne aos seus vieses culturais. Porém, quando ambas são anexadas sob a mesma égide, urge a questão da batalha pela hegemonia, da insurreição da violência simbólica. Em suma, o que estava em jogo no contexto da *Kulturkampf*, era o monopólio legítimo da violência simbólica. E Bismarck, enquanto figura representativa suprema de tal monopólio, mesmo sem ser um seguidor fiel do protestantismo, soube muito bem se utilizar dele em prol de sua causa maior - a unificação da Alemanha.

Conceitualmente falando, é justamente aqui onde se observa uma guinada no que diz respeito à *Culture War* estadunidense. Se na *Kulturkampf*, psicanaliticamente falando, o propulsor era um elemento de ordem positiva (impositiva), na *Culture War*, defendo que o elemento será de ordem negativa. Para defender essa posição, recorro à tese de Marco Aurélio Dias de Souza: "O Fim da Guerra Cultural e o Conservadorismo Estadunidense? Uma leitura



sobre a trajetória de ascensões e quedas da direita religiosa americana" (2014), e às recentes contribuições de João César de Castro Rocha acerca da guerra cultural e da retórica do ódio no contexto brasileiro. Dias de Souza, em vias de sua tese, argumenta que, no contexto estadunidense pós eleição de George W.Bush, o enfraquecimento da ideia de guerra cultural (DIAS DE SOUZA, 2014):

passou a ser associada ao nível mais intolerante de disputa política, por causa de sua constante reverberação pela mídia concentrava-se exclusivamente nas disputas e pontos de vistas mais radicais como uma forma de conseguir audiência. Com isso, definir-se como um guerreiro cultural passou a ser visto como algo desconfortável para alguns evangélicos e conservadores que preferiam mostrar que suas ideias poderiam ser inseridas nas políticas públicas do país.

No presente trecho, onde se trata da "primeira onda" da guerra cultural nos Estados Unidos, durante o período pré e pós eleição do então candidato republicano George W.Bush, vê-se que este modelo de embate político, que inexoravelmente reverberaria em caos e radicalismo, não serviria para nada além de um palanque para se alcançar a mesa do Rolut. Estabelecer metas e governar sob o fogo cruzado da mídia, dos grupos organizados, dos ânimos acirrados e do *lobbying* ideológico, seria não menos que impossível.

E no Brasil da segunda metade do século XXI, como se mostrará mais a diante, não seria diferente. A importação do *modus operandi* da *culture war* estadunidense sob os métodos do ex-estrategista e fundador do movimento de extrema direita "The Movement", Steve Bannon, fundir-se-ia a elementos muito particulares do contexto brasileiro, bem como ao cerne da mentalidade da *kulturkampf*, ao que denomino de reacionarismo teleológico de ordem cósmica¹. O termo, polemicamente tomado de empréstimo junto ao campo da biologia, materializa-se também na tese central da auto referida *opera magnum* do escritor e grande referência da guerra cultural brasileira, Olavo de Carvalho, o Jardim das Aflições (2015). E, por fim, há o elemento responsável pelo fornecimento da base narrativa aos setores conservadores e que, por sua vez, sustenta a metacategoria do conflito no terreno da violência

¹ Mentalidade ideologicamente forjada, de matriz reacionária e com seu desígnio ou causa final transcendentalmente encarnado. No caso da *Kulturkampf*, o arquétipo de Thor, o guerreiro, representado pelo mito político unificador criado ao redor da figura de Arminius e da Batalha de Varus, no brasileiro, da eterna busca pela recomposição da ordem, perdida junto à queda do regime imperial.



simbólica. Este, como bem demonstra João Cézar de Castro Rocha, é precisamente a obra decorrente do projeto "Orvil".

Através dele, como se buscará demonstrar nas páginas à seguir, teremos expostas as quatro grandes engrenagens da máquina da guerra cultural brasileira: a estrutura operacional importada da *Culture War* estadunidense; o construto mental (modelo abstrato) ou tipo ideal advindo da *Kulturkampf* Bismarckiana (reacionarismo teleológico de ordem cósmica); o provedor do elemento narrativo (lógico), o "Orvil"; e, por fim, a última engrenagem apontada por João Cézar, mas que não será abordada na presente oportunidade: a retórica do ódio provida por Olavo de Carvalho (técnica discursiva).

"Você e seus líderes: suas ações e as suas reações": o protótipo da ação com ideias.

"Num país de maioria conservadora, você não tinha um partido conservador, um jornal diário conservador, um canal de TV conservador..."

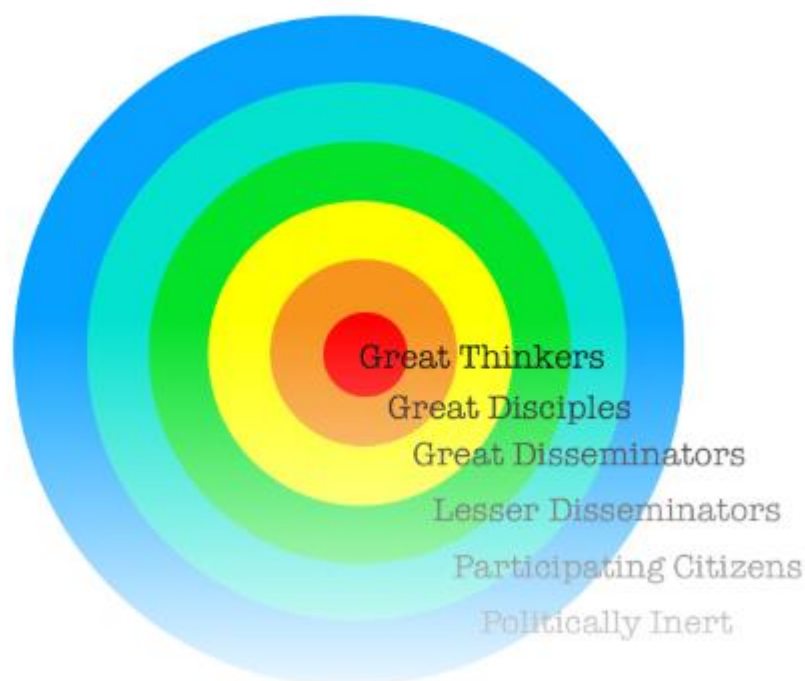
Olavo de Carvalho

O conteúdo que reveste a epígrafe acima, reverberado *ad infinitum* por escritores, influenciadores e polemistas da direita brasileira, permite, se bem explorado, revelar aos olhos a epifania geracional responsável pelo caos da guerra cultural vivenciada no Brasil desta última década.

Todo movimento de ideias que almeje, em algum momento, atingir um status que lhe permita influenciar politicamente o rumo de uma sociedade, necessita, em alguma medida, conter em si os elementos estruturantes de uma tese e de uma antítese. Contemporaneamente, defendendo, a síntese não é mais um requisito fundamental, basta-se um "meio espiral", portanto. Todavia, seguindo a lógica da circulação das ideias, veremos que há, a partir do processo da circulação sigilosa do "Orvil" até o minucioso trabalho intelectual e de comunicabilidade empreendido desde meados da década de 1990 por Olavo de Carvalho, todas as condições reunidas para o surgimento de um novo e profícuo movimento de ideias na ingerência dos rumos da política nacional.



E o "Orvil", como aponto, é a pedra fundamental deste movimento. É através dele que a categoria estruturante do conflito (MOTTA;GUAZINA, 2010) assume um enredo e após, por intermédio do trabalho de *expertise* de "grandes pensadores" (ROPER,2008), difunde-se pelo corpo da sociedade em movimentos circulares concêntricos. A teoria dos círculos concêntricos, desenvolvida no âmbito da comunicação social pelo pesquisador estadunidense Elmo Roper, no ano de 1945, aponta que as grandes ideias, aquelas que atingem um alto grau de penetração no corpo social, seguem o cumprimento de determinadas leis, de um itinerário específico que atende ao seguinte ordenamento:



A profunda consciência desta estrutura, bem como de outros mecanismos psicologizantes anteriores a ela, por parte de alguns dos grandes atores políticos e "parteiros" da assim chamada "nova direita" brasileira, poderá e será melhor explorada em uma nova oportunidade. Aqui, por ora, nos ocuparemos em destrinchar a matéria prima de todo esse processo, o que jaz no subterrâneo da presente concentricidade: a narrativa do "Orvil".

O termo "grandes pensadores", tomado em seu sentido mais plural, abrange aqui uma variada gama de indivíduos, dotados de alta capacidade intelectual, acúmulo cultural e que exercem suas atribuições no campo das produções intelectuais. Todos eles, desde o crítico



literário, o poeta ou o analista político, lidam, em última análise, com narrativas e estruturas linguísticas. Com aquilo a que Wayden White, na esteira da visão pós moderna e desconstrucionista da epistemologia histórica, denominaria de tropos pré-figurativos (WHITE, 1992) e que outros intelectuais discordantes, evocando, aqui, Carlo Ginsburg, denunciariam enquanto uma opção eticamente temerária e epistemologicamente inconsistente, uma vez que, na retórica da persuasão, prova e verdade seriam dois elementos de ordem indissociável.

Nessa disputa, julgando pela ótica do esquema sócio filosófico hegemônico no ocidente pós transmutação neoliberal, impõe-se como pertinentes as colocações e visões de Hayden White, Foucault, Ankersmit entre outros (apenas para citar alguns), vistos, dessa forma, enquanto integrantes, precursores e protagonistas de tal esquema sócio filosófico. Por outro lado, Ginsburg e o escopo genealógico da sua crítica, apontam diretamente para o coração do problema: o vácuo civilizatório, no que tange ao sentido existencial, deixado pelo relativismo e pelo niilismo pós-modernos. E, assim sendo, o presente enredo tensiona trazer à tona a emergência de um novo precedente: a ebulição e as brechas do já azedo "caldo cultural" do ocidente pós-moderno e neoliberal: a ânsia social por uma ordem frente a nova e caótica "desordem do mundo" (BAUMAN, 1998).

A narrativa da ordem

Em Eric Voegelin, vemos que há, em cada sociedade, um núcleo ontológico que rege o complexo da ordem, há a ordem própria e implícita da sociedade, há o ordenamento jurídico que dela deriva e há, por fim, a ordem do ser, que precede ambas e confunde-se com a própria ordem do mundo. Sobre essa questão e condensando-a em poucas palavras, Cristina Montalvão Sarmento expõe que, na categoria central da ordem, segundo Voegelin (SARMENTO, 2006):

Os homens associam-se numa comunidade, criam uma ordem concreta, a que correspondem símbolos conscientemente elaborados. A ordem nasce de uma interrogação pessoal acerca do ser, transmitida em símbolos articuladores do acto fundador e da institucionalização pública. Para identificar essa ordem o intérprete tem que experimentar uma tensão ordenadora equivalente à expe-riência original.

Uma atenção especial ao elemento interrogativo, por sua vez, permite elencar, em um panorama mais imersivo, a questão do *Dasein* (ser-no-mundo): o que é, no Brasil do final do



século XX, "ser no mundo"? Que tipo de identidade existencial um indivíduo nascido sob os limites político-geográficos brasileiros poderia ter para bem localiza-se no desvelar do tempo histórico? E o mais importante: quem, de fato, é, o brasileiro?

Esta seara de interrogações, de certo, inquietam e desorientam não apenas um cidadão como também toda uma nação. Desprovido do sentimento de pertencimento à história, um indivíduo não sabe quem é; não sabe o que faz; não sabe para o que faz o que faz e, em decorrência, desconhece também para onde vai. Age sem rumo. Esse drama existencial, registrado na história e na literatura brasileira; que fez do nosso povo, na falta de um ideal unificador de matriz histórico-mitológica, um povo "cultuador da geografia" – um povo que louva as belezas naturais, a grandiosidade das nossas divisas, a diversidade da fauna... Em resumo, que louva as qualidades inerentes à terra e não as dos seus indivíduos – em uma nação que tensionou o seu rumo aos anseios ideológicos do eferescente final do século XX.

A espectro dessa nova direita que hoje aqui se apresenta, amalgamada por uma série de discursos ideológicos e aglutinada, como nos diz Fabio Gentile, pela tensão da experiência histórica brasileira entre liberalismo e autoritarismo, demanda de seus pretensos conhecedores uma visão histórica e sociológica acurada – uma visão onde o desejo em fornecer respostas a questões historicamente embasadas, e não a paradigmas teóricos clássicos, seja a força diretiva – como bem nos explicara Theda Skocpol acerca das atribuições da sociologia histórica.

Vista dessa forma e contextualizada na esteira do fenômeno setentista de revitalização sócio partidária das direitas e do conservadorismo mundial, a direita brasileira, em específico aquela ascendida pela "onda neoliberal" da década de 1980, "herdou", por assim dizer, o chip da sua autodestruição e posterior reascensão: a inadequação da transposição do debate internacional das "novas direitas". Explico: sob uma visão geral, as correntes da nova direita, durante meados das décadas de 1980 e 1990, diante dos desafios vislumbrados pelas sociedades capitalistas ocidentais avançadas, buscavam fornecer vias para o desmembramento/superação do Estado de Bem-Estar. Porém, em países economicamente periféricos, onde a pretensa insustentabilidade deste modelo sequer figurava entre as pautas políticas relevantes, semelhante ensejo narrativo jamais seria capaz de aglutinar apoio popular ou mesmo parlamentar. Assim, no contexto específico do Brasil, o ressurgimento de uma "nova" direita "reciclada" haveria de extrair o seu extrato vital de outra fonte – haveria de criar uma narrativa que a distanciasse, ao



mesmo tempo, do discurso neoliberal da elite mundial (por sua inadequação ao contexto brasileiro) e também das brasas da herança autoritária da ditadura militar.

A soma caótica de todos esses ingredientes, a resposta conjuntural encontrada pela direita existente naquele período, para quem conhece um pouco a história política do Brasil república, foi bastante óbvia: reascender a velha chama da ameaça comunista. Porém, desta vez, com novos requintes de sofisticação: se, antes, o protocolo seguia diretrizes mais ou menos previsíveis – da sensacionalização de um determinado evento com vias a alastrar na sociedade um sentimento geral de medo – agora, o trabalho seria muito mais minucioso: trabalhou-se, na elaboração do Orvil, com o sofisticado método da contranarrativa (em oposição à narrativa do "Brasil: Nunca Mais"); com o desenvolvimento de uma linguagem própria, de um repertório ideológico original; e, por fim, com um antagonismo que transcende o campo do político, com a criação de um inimigo de ordem maior, de alguém cuja existência deve ser extirpada e a sua memória, revisionada.

O primeiro – o método da contranarrativa – e o que mais, aqui, nos interessa, foi o que permitiu com que todos os outros elementos, posteriormente, fossem erguidos ao plano da ação política. Se destrinchado em suas quatro autodenominadas delimitações cronológicas, o Orvil nos oferece uma leitura completa do período do Brasil República com base nas quatro tentativas de tomada de poder pela esquerda, assim descritas pelas palavras de João César de Castro Rocha (2020):

a primeira tentativa de tomada do poder, segundo eles, foi de 1922, com a criação do Partido Comunista no Brasil, a 1954, com a ebulição política após o suicídio de Getúlio Vargas; a segunda tentativa foi a radicalização política que houve entre 1954 e 1964, com as Ligas Camponesas do Francisco Julião, a retórica radical do Brizola, o discurso de Luís Carlos Prestes no Pacaembu às vésperas do golpe de 1964; a terceira foi entre 1964 e 1974, com a luta armada no Brasil, a guerrilha do Araguaia. E aí vem a quarta tentativa, que eles dizem ser a mais perigosa de todas. Eles citam Herbert Marcuse [filósofo alemão] e, embora não citem [o filósofo italiano] Gramsci, descrevem como a quarta tentativa de tomada de poder a infiltração das instituições, sobretudo de cultura, para moldar uma mentalidade diversa que seria propícia ao advento do comunismo que viria, não pela luta armada, mas pelas eleições.

O desenvolvimento de uma linguagem própria, no que tange ao Orvil, diz respeito especificamente ao vácuo preenchido no seio da direita brasileira de então. É bem sabido que,



desde meados da década de 1960, o neoliberalismo fora responsável pela introdução de um repertório narrativo de cunho economicista e de pouco apelo popular. Discutia-se pautas e conceitos que somente "iniciados" na ciência econômica poderiam adentrar e isso, por sua vez, sob o peso contextual da "década perdida" de 1980, sob o descontentamento em massa da população brasileira que via seu dinheiro valer cada vez menos e os planos econômicos salvacionistas falhando cada vez mais.

E foi diante deste cenário que urgiu, lenta e vagarosamente, a voz penetrante do Orvil, da ameaça comunista infiltrada nas instituições, da cultura aparelhada e, do ponto de vista ontológico e do renascer de uma nova direita brasileira atualizada aos novos tempos, de uma narrativa da ordem. Psicanaliticamente falando, é aqui, também, que se impõe o caráter eminentemente negativo do processo de guerra cultural brasileiro: ergueu-se vorazmente contra algo, no intuito de destruí-lo, de eliminá-lo. Em raríssimas ocasiões, desde então, viu-se ou ouviu-se sobre iniciativas conciliatórias, construtivas ou propositivas, o intento, no campo de batalha das guerras culturais, sempre foi a anulação do outro. A tônica do discurso, utilizando o jargão militar, é eliminar a ameaça a reestabelecer a ordem.

Considerações finais

Dada a relevância, insurgência e premência do tema percorrido, inúmeros são os questionamentos suscitados a essa altura do campeonato. Os parâmetros para uma definição conceitual satisfatória para o problema em questão, todavia, para muito além de serem apenas desejáveis, fazem-se indispensáveis. James Hunter, a quem se costuma atribuir o pioneirismo em focalizar e dimensionar o fenômeno da guerra cultural no contexto estadunidense, é taxativo em afirmar que a ebulição gerada por tal eventualidade causou uma transformação no espectro político daquela sociedade, que passou a observar uma polarização calcada não propriamente em ideologias e/ou concepções de modelos de governança, mas sim em visões de mundo: de um lado, os conservadores, de outro, os progressistas.

Essa percepção, porém, carece de sustentação empírica se submetida a outros estudos que lograram êxito ao comprovar que, na realidade, grande parte da população estadunidense não nutria grande interesse, nem tampouco depreendia considerável energia, aos assuntos relacionados à guerra cultural. Estes estudos, com ênfase aos esforços de Wolfe (1998) e Morris



Fiorina (2006), evidenciaram que, na verdade, a guerra cultural é travada em campos de batalha muito específicos e que a própria ideia de que a sua magnitude fosse profundamente permeada no âmago do corpo social, é, em si mesma, um discurso eminentemente político-partidário. Um esforço sofisticado de publicidade eleitoral e remanejamento dos núcleos de apoio da oposição em questão.

Na análise do contexto brasileiro, todavia, outros elementos merecem ser elencados e posteriormente, melhor discutidos, como, por exemplo, a questão da premeditação ou organicidade do fenômeno. Sabemos que a implementação do modelo de guerra cultural, no Brasil, deu-se através de um tempo, de um espaço, de um objeto e de atores bem definidos (caso Orvil), no entanto, tal informação, ao invés de clarear algo, cumpre apenas a função de gerar outras dezenas de questionamentos: teria, a junta militar que integrava o projeto Orvil, a intenção explícita de causar, no futuro, os efeitos que acabou causando ou o processo de circulação das ideias ali contidas seguiu um fluxo orgânico de circulação? Investigações mais aprofundadas e que abordem a relação entre círculos militares específicos e a trajetória do intelectual Olavo de Carvalho, defendendo, podem fornecer pistas preciosas.

Da mesma forma, o fato incontestado do protótipo da guerra cultural ter sido gestado no seio das forças armadas também não deve ser ignorado. Sabe-se que, para além do próprio Orvil, outra figura militar notável a contribuir para a narrativa de infiltração silenciosa de uma nova esquerda cultural e subversiva, fora o General Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, autor de dois livros: "A Revolução Gramscista no Ocidente" (2002) e "Cenas da Nova Ordem Mundial (2010), pioneiro nos estudos de Gramsci e da atuação da esquerda brasileira gramscista e tido por Olavo de Carvalho enquanto um dos poucos sujeitos lúcidos na corporação militar. A relação existente entre sujeitos como Leônidas Pires Gonçalves, Sérgio Augusto de Avellar Coutinho dentre outros militares formados no curso e no estágio de guerra e anticomunismo da AMAN, com o restante das forças armadas e com as intenções subjacentes ao desenvolvimento de tais iniciativas intelectuais de contranarrativa, defendendo, é outro ponto que intenta um maior direcionamento de atenção por parte dos estudiosos e que compõe mais uma via para o caminho do aperfeiçoamento conceitual do uso do termo no contexto brasileiro.

Last but not least, defendendo que, ao contrário do que ocorrera no contexto estadunidense, o poder de alcance político e de mobilização social decorrentes da guerra cultural no Brasil,



está longe de dever ser menosprezado. Intelectuais profícuos, como o próprio João Cézar de Castro Rocha, neste limiar, compreenderam com rara profundidade os efeitos contemporâneos decorridos deste movimento; outros, porém, limitaram-se a circunscrever suas análises a uma transposição quase que mecânica das causas e efeitos dos desencadeamentos norte-americanos. À luz de toda a gama de iniciativas intelectuais empreendidas no âmbito das direitas brasileiras, da profusão em larga escala de *think tanks* ativistas, do relativo domínio das vias de circulação das ideias e da crescente desmoralização dos veículos tradicionais de mídia e de ensino, a técnica, método ou declaração formal de guerra cultural deve, por quem transita, profissional ou vocacionalmente, pelos variados campos de batalha em questão, ser encarado com zelo, sabedoria e, sobretudo, com a humildade epistemológica estratégica de quem não ousa jamais subestimar o "inimigo".

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Priscila C. Brandão. **SNI e ABIN: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOUX, J.P.; SIRINELLI, J.F. (Dir.). Para uma História cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Les conditions sociales de la circulation internationale des idées**. *Actes de la recherche en sciences sociales* [ARSS], v. 145, décembre 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: EdUNESP, 2004.
- BRANDÃO, Luisa Carlos; LEITE, Isabel Cristina. **Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL**. *Anos 90, Porto Alegre*, v. 19, n. 35, p. 299-327, jul. 2012.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DE CASTRO ROCHA, João Cezar. **“O verbo dominante nos vídeos dos intelectuais bolsonaristas é eliminar. E o substantivo é limpeza”**. *Jornal Opção*. São Paulo. 08 de março de 2020.
- DE CASTRO ROCHA, João Cezar. **Introdução a ‘Guerra Cultural Bolsonarista – A Retórica do Ódio’**. *O Estadão*. São Paulo. 10 de abril de 2020.
- DEJEAN, J. **Antigos Contra Modernos. As Guerras Culturais e a construção de um *fin de siècle***. Trad. Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



DIAS DE SOUZA, Marco Aurélio. **O fim da Guerra Cultural e o conservadorismo estadunidense? uma leitura sobre a trajetória de ascensões e quedas da direita religiosa americana.** 2014. 318 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2014.

DUNN, J.R. **Obama and the Culture Wars.** American Thinker. 06 fev.2008. Disponível em: <http://www.americanthinker.com/2008/02/obama_and_the_culture_wars.html>. Acesso em: 06 jun. 2020.

EAGLETON, T. **A Ideia de Cultura.** Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho:** Os livros proibidos da ditadura. São Paulo: Record, 2009.

FIORINA, M. P.; ABRAMS, S. J.; POPE, J.C. **Culture Wars:** The Myth of a Polarized America. New York: Pearson Longman, 2006.

FROMM, E. **A descoberta do inconsciente social.** São Paulo: Manole, 1992.

HIMMELFARB, Gertrude. **One Nation, Two Cultures:** A Searching Examination of American Society in the Aftermath of Our Cultural Revolution. New York: Vintage Books, 2001.

HUNTER, James Davison. **Culture Wars:** The Struggle to Define America. New York: BasicBooks, 1991.

MOTTA, LUIZ G; GUAZINA, LUZIANE. **O conflito como categoria estruturante da narrativa política:** o caso do jornal nacional. Brasília: Brazilian Journalism Research - Volume 6 - Volume 1. 2010.

ROPER, Elmo. **You and Your Leaders:** Their Actions and Your Reactions. Morrow. Michigan University, 2008.

WATKINS, John W. **Science and Scepticism.** Princeton: Princeton University Press, 2014.

WHITE, H. **Meta-História:** A imaginação Histórica do século XIX. Tradução de José Laurêncio de Melo. 2º Ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.